BRASIL, CRÍTICA IMPURA
- viajando pelo tempo presente -

Lincoln de Abreu Penna

BRASIL, CRÍTICA IMPURA
- viajando pelo tempo presente -

LETRCAPITAL

Copyright © Lincoln de Abreu Penna, 2023

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editor João Baptista Pinto

Capa Luiz Guimarães

Projeto Gráfico/Editoração Luiz Guimarães

Revisão Do autor

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P459b

Penna, Lincoln de Abreu
Brasil, crítica impura: viajando pelo tempo presente / Lincoln de Abreu Penna. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.
204 p. ; 15,5x23 cm.

ISBN 978-85-7785-818-7

1. Pereira, Astrojildo, 1890-1965 - Crítica e interpretação. 2. Brasil - Política e governo - História. 3. Brasil - Política cultural. 4. Brasil - Condições sociais. I. Título.

CDD: 303.4981
23-82309 CDU: 316.42(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Letra Capital Editora
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

In Memoriam
Fabiano Menezes Meireles

Sumário

Prefácio 9

I – Pensar a História 11
1. Por uma história das práticas sociais 12
2. A função social do historiador 20
3. O passado presente 24
4. Lembrar é preciso 28
5. A consciência do tempo histórico 31

II – O Mundo que Vivemos 33
6. O capitalismo do Século XXI:
   - Do Brasil de hoje ao Brasil de amanhã 34
7. Civilização ocidental: decadência ou crise? 56
8. Que país é este? 59
9. Razões da dependência 63
10. A fome do Brasil 66
11. A Terceira Guerra Mundial 69
12. 1964 – Uma longa história 72
13. O golpe continuado 84
14. Quem quer dinheiro? - O mito do bem-estar social 88
15. Capitalismo, até quando? Recuperar o passado
    nem sempre é regressão 91

III – Militares, Modernização e Autoritarismo 95
16. Os militares e a política 96
17. Intentona militar 100
18. A lógica que nos comanda 104
19. A república do silêncio 108
20. O projeto que golpeia a democracia 111

21. Por um pacto de unidade e ação pela democracia 114
22. Os desafios 116
23. Repúdio às ameaças pós-eleitorais
- não à truculência fascista! 120
24. As milícias assaltaram a república 123
25. Perguntas que não se calam 126
26. Um exemplo e um desafio 129
27. Os fatores geradores 133

IV – Ameaças e Desafios 137
28. O fascismo na espreita 138
29. Esperança e medo 141
30. Memória da destruição 144
31. A opção do fazer 146
32. O fenômeno eleitoral de 2022 150
33. A eleição que o mundo espera 153
34. Ideologia e utopia 156
35. Que futuro nos espera? 160
36. A revolução social brasileira 165
37. Reforma ou revolução 169
38. De volta para o futuro 173
39. A luta continua 176
40. Uma prévia avaliação das eleições de 2022 179
41. Sete pontos de uma conjuntura às vésperas das eleições 182
42. Uma expectativa camuflada: os militares 187
43. Anatomia de uma derrota 191
44. A vitória de Lula 196
45. A posse do povo 198

Posfácio 201

Prefácio

Em 2021 publiquei o livro intitulado *Crônicas Subversivas*, um conjunto de ensaios que fiz circular nas redes sociais com alguma regularidade. Adotei esse título, o mesmo que Astrojildo Pereira denominava em sua coluna como ensaísta militante que fora. O fiz em sua homenagem, pois sempre o admirei.

Dessa vez, renovo a lembrança do jovem anarquista que se converteu ao ideário comunista com este livro também de crônicas reunidas mais recentemente a partir do início do processo eleitoral de outubro de 2022. E lanço mão da expressão que consagrou Astrojildo quando afirmava que suas crônicas eram impuras, assumidamente. Isto é, expressavam suas convicções. Em ambos, o objetivo consiste em proporcionar alguns momentos de reflexão aos leitores e, eventualmente, dar vazão a debates, ainda que impertinentes para alguns e à distância.

Apesar da sofreguidão em editar o livro ainda no ano eleitoral, me dei conta que o melhor seria aguardar o desfecho das eleições e incluir, como faço ao final, uma avaliação dos resultados do que já havia considerada a mais importante eleição, pelo menos desde a retomada do estado de direito democrático com a Constituição de 1988. Esta decisão garantiu concluir o processo iniciado com as tratativas pré-eleitorais até os resultados finais.

Tal como na primeira coletânea de crônicas, este livro é também o resultado de uma reunião de pequenas incursões no campo da história do tempo presente. Fruto de uma seleção mais ou menos arbitrária para com isso resumir o que julguei mais relevante, muito embora não obedecendo a critérios temáticos. Cabe ao leitor escolher igualmente as suas prioridades no rol dos fatos abordados, presentes nesse painel do qual somos coetâneos.

Registro com alguma satisfação que a exceção do primeiro artigo, que não o denominarei de Crônica porque não o é, porquanto se trata de um longo texto bastante resumido e escrito há cerca de 50 anos. Como não o havia publicado senão em uma breve tiragem da revista *Temas de História* em seu primeiro número no ano de 1982, deparei-me com este ensaio por acaso.

Resolvi incluí-lo porque o seu conteúdo me parece ainda muito atual. Razão pela qual não alterei a sua redação original, até porque a essência do que consta neste texto permanece fundamentalmente inalterado em minha concepção de história.

Por fim, dividi esses ensaios em quatro configurações temáticas, que se cruzam permanentemente em razão de todas elas focalizarem problemas e perspectivas a serem alcançadas no âmbito de conjunturas políticas mutantes e instigantes, tal como Astrojildo enfrentava os desafios de seu tempo, mas sem a competência que sempre exibiu em suas incisivas e bem escritas matérias do seu cotidiano.

I – PENSAR A HISTÓRIA

1

Por uma História das Práticas Sociais

(Escrito em agosto de 1972)

Produzir conhecimento é uma necessidade social. A atividade humana é essencialmente produtora. A capacidade de criação do ser humano é inesgotável da mesma forma que suas potencialidades se desenvolvem à medida que estas são permanentemente solicitadas.

As primeiras formações sociais puderam-se reproduzir historicamente porque souberam produzir e reproduzir os meios com os quais foram satisfeitas suas necessidades primárias. Assim, determinadas práticas sociais ao serem desenvolvidas incorporaram-se ao conhecer humano. Sua difusão assegurava a base necessária para o advento de novas conquistas, exigência do processo social do qual se ocupa a história.

É preciso, no entanto, salientar que todo conhecer novo é uma decorrência do emprego de novas forças produtivas. O conhecimento ao se transformar constitui, pois, em um ato histórico de grande alcance para a humanidade, mas essa transformação pressupõe a existência de condições materiais que permitam sua manifestação.

Com a desagregação da comunidade primitiva provocada pela divisão social do trabalho, as formações sociais dela decorrente passam a ser caracterizadas pela obediência a um centro de decisões. O que até então resultava de imperiosas necessidades coletivas, passa a ser subordinado às necessidades desses centros de decisão constituídos sob a forma de estados.

O conhecimento em toda a sua dimensão não deixou de ser social, porém sua produção é reorientada de modo a atender ao interesse de forças que se apropriaram dos meios de produção existentes. Entre esses meios de produção encontra-se o conhecimento enquanto tal.

A institucionalização do conhecimento é uma consequência do aparecimento das sociedades marcadas pelas classes sociais. Nas formações sociais de caráter ainda tribal e comunitário, o conhecimento é compartilhado por todos, pois o modo desses sistemas originários não excluía ninguém dos benefícios obtidos por todos em igualdade de condições. Entretanto, a dissolução dessas formações sociais comunitárias ensejou o aparecimento de sociedades que privatizaram os meios de produção.

As técnicas de conhecimento alcançaram níveis de sistematização mais elevados, naquelas sociedades cujas estruturas sociais eram mais estratificadas, como é o caso das sociedades que desenvolveram a escrita. Neste caso, a leitura e a escrita eram privilégios de uma minoria de iniciados nessa verdadeira arte de domínio do conhecimento. Aliás, a própria arte que outrora constituía uma manifestação comum e necessária a todos se restringiu de tal forma que só alguns a dominavam.

A história não escapou a esse processo de apropriação. A memória social passara a reter aquelas ocorrências que interessavam aos setores no exercício do controle das instituições de saber. E esses fatos passaram a condição de fatos históricos, ganharam explicações de modo a legitimarem a organização social que os inspirou.

Desse modo, tem início uma historiografia que se caracterizou por uma produção ideológica porque ditada pelas classes dominantes. Desde as primeiras crônicas até as histórias universais, são os valores institucionais que são veiculados. O passado é usado para legitimar o presente. A análise crítica reduz-se às preocupações técnicas e pouco ou nada diz respeito ao conteúdo. A forma é privilegiada em detrimento da essência.

O estudo da historiografia é, assim, o estudo das condições de produção das ideias. Contudo, é preciso ressaltar que não se deve generalizar essas considerações reduzindo a historiografia a reflexos das expressões institucionais. É necessário atentar para a dinâmica social, resultado da complexa rede das relações sociais de produção, elemento vital do processo histórico responsável pelas transformações sociais.

Se a memória social sofre a interferência e a manipulação do poder, ela não desaparece do conjunto das forças sociais. Determinadas representações e práticas sociais não codificadas institucionalmente, embora não figurem nas narrativas oficiais, coexistem com as formulações advindas do pensamento dominante.

O Poder ao se arrogar o direito de veicular a história que lhe agrada, o faz de maneira mais eficaz porque é poder. Detendo os mecanismos de reprodução do conhecimento, o ensino, instrumentaliza agentes que se encarreguem de ministrar uma história cujos valores dizem respeito à Ordem. Reúne um acervo documentário, classifica-o, desenvolve técnicas e orienta o modo pelo qual esse conhecimento deve ser produzido. Logo, o que se deve entender, em primeiro lugar, por produção de um conhecimento histórico é de um modo geral a reprodução do que interessa ao modo de produção vigente.

O sistema que cada sociedade constrói para preservar a memória social conduz a pesquisa a considerar a existência dessas condições de conhecimento do passado, pois este já se encontra classificado, ordenado de tal forma que induz o pesquisador a privilegiar dados que o sistema dominante considera relevante. Em consequência, as fontes históricas, da maneira em que se encontram codificadas, embora permitam um tratamento rigoroso e crítico por parte do historiador, podem levá-lo a manipular documentos, situações e personagens que interessam a sociedade difundir, enquanto expressão de uma estrutura de poder.

À época da consolidação das burguesias no exercício do poder, na Europa ocidental, surgiram correntes cientificistas que passaram a negar valor histórico a toda referência que não estivesse fundamentada em documentos. Mas, a noção de documento era restrita, porquanto só contavam aqueles que merecessem essa distinção por parte de quem se incumbia de assim considerá-los.

O documento encerrava a ideia a indicar a materialização da historicidade do poder. Continha uma verdade inquestionável, o que consequentemente tornava marginal toda fonte documentária oriunda do acervo popular. Nessas condições o historiador

encarregava-se de sistematizá-lo já que seu emprego conferia a seu trabalho o "valor" de uma obra histórica. Quer dizer, ao historiador não restava senão a tarefa de pôr em ordem o que a Ordem institucional assim determinava.

Por conseguinte, toda e qualquer fonte para o conhecimento da sociedade que não se encontrasse catalogada nos depósitos oficiais, carecia do indefectível valor histórico. É o tempo da consagração da historiografia evolutiva, linear e factual.

O historiador que se forma à luz dessa orientação recebe um conjunto de apetrechos necessários, segundo as diferentes organizações de saber, à sua função historiadora. Seu poder de discernimento esbarra, por vezes, com imposições que seu ofício demanda, tal como este é concebido pelas academias de saber. As possibilidades de um trabalho que venha a primar por uma análise mais profunda das relações sociais são reduzidas em face de certos dispositivos que o orientam para o atendimento daquilo que se institui como verdade histórica, nos marcos dessa tradição historiográfica. O julgamento histórico adquire um caráter definitivo.

A análise historiográfica demonstra que os grandes avanços do conhecimento histórico se realizaram como consequência de mudanças sociais significativas que impuseram essas correções ou reinterpretações. Basta exemplificar a validade desse raciocínio citando a década de 1930 no Brasil. A Revolução de 1930 imprimiu mudanças que embora tímidas algumas, e abortadas outras, representaram uma renovação bastante importante na história da historiografia brasileira.

As obras de Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Roberto Simonsen, para citarmos os mais inovadores na época, introduziram questões até então ausentes nos textos dos nossos autores mais representativos. Ainda que se possa louvar a capacidade de cada um deles, a despeito das linhas originais de abordagem, o fato é que o momento histórico exigia a colocação de uma nova problemática para nossa história. E os grandes historiadores foram aqueles que souberam traduzir esses momentos que não mais se contentam com as versões que não mais lhe dizem respeito.

A característica dominante de todas as ciências sociais do século XIX era sua evasão da realidade. Considerava-se mais científico o historiador que menos se preocupava em explicar por que ocorriam os fenômenos sociais. Exigia-se a elucidação da verdade histórica e essa se encontrava adormecida nos arquivos oficiais. Cumpria ao historiador consultá-la e sua missão se encerrava aí. Forjaram-se rígidos princípios metodológicos, estabelecidos com vistas a preservar a "objetividade" da análise histórica, de maneira a assegurar total isenção no trato descritivo de acontecimentos estudados.

Numa sociedade competitiva estimulada pela expansão do sistema capitalista, a individualização era o seu pressuposto básico. Na historiografia, essa tendência se expressa pela personificação do agente histórico. Os grandes personagens da história respondem pela ocorrência dos fatos que mais marcaram a história dos povos, a despeito do século XIX ter conhecido intensas e grandiosas manifestações de massa.

Mas, precisamente em função desses fenômenos a historiografia dos tempos das burguesias em ascensão demonstra suas limitações. O espírito crítico que lhe servira de poderosa arma contra as concepções medievo-teológico, mostra-se incapaz face ao advento de uma problemática nova. O exercício de uma crítica social já não lhe serve, pois sua aplicação mais conduz a negação de sua própria história. A exaltação da nova ordem social responsável pela liquidação dos resquícios feudais torna-se inócua em virtude de um processo social extremamente veloz que fez com que a burguesia visse deslocado seu papel histórico, de força revolucionária para a de uma força anti revolucionária.

Em meio a essas contradições que se desenvolveram na medida em que se expande o sistema burguês liberal que engendra a crise proveniente de sua própria natureza, desponta uma nova concepção histórica, a do materialismo histórico, cujos representantes cresceram alimentados pelo processo contundente de crítica das tendências idealistas e do materialismo vulgar, ambos fortemente disseminados nos meios acadêmicos. Marx e Engels fundam as bases do método de investigação profundo das relações sociais, e isso para a história adquire valor inestimável.

Ao rejeitarem as concepções que consideravam tão somente os móveis da atividade histórica dos homens sem investigar as leis objetivas que regem o desenvolvimento do sistema de relações sociais, eles puseram fim à historiografia especulativa responsável pelas filosofias da história.

Marx soube, por outro lado, entender que sua contribuição não estava no fato de descobrir a existência de classes sociais, pois antes dele outros cientistas e historiadores já o haviam feito, mas em possibilitar que o estudo de suas relações permitisse conhecer toda a dinâmica do processo social. Neste particular, Marx nada mais fez do que ajustar a história das idéias à história da produção material.

Compreender um fenômeno significa aclarar seu modo de aparição, a "regra" segundo a qual esta aparição se realiza como uma necessidade oculta por um conjunto concreto de condições; significa analisar as condições mesmas da aparição do fenômeno. É a história que postula o conhecimento da totalidade social, não enquanto estrutura social harmônica. Mas, como complexo social à luz do qual afloram as contradições que lhe são inerentes. Dessa forma, sociedade para o historiador deve ser entendida como palco sobre o qual se processa a história das práticas sociais, da ação dos homens em busca da realização de seus objetivos.

Em Marx, por exemplo, a expressão material não indica uma determinação do econômico, ela é empregada para designar as condições primárias e fundamentais da existência humana. O Capital é, basicamente, uma análise crítica das relações sociais do Modo de Produção Capitalista que, por sua vez, não se resume no estudo de sua engrenagem econômica. É a compreensão da totalidade do sistema que está em causa.

O conhecimento da produção econômica implica no conhecimento da problemática da produção social, em seu sentido elástico. Sugere, por assim dizer, o conhecimento das manifestações globais que incidem, por seu turno, no desempenho original de cada um desses níveis convencionais

Conhecer a produção social, portanto consiste em dar conta da historicidade real, aquela que resulta do processo histórico real. É evidente que essa tarefa não é simples, sobretudo

para aqueles cuja formação está impregnada de atitudes que o levam, na prática intelectual, a construir discursos que em última instância atendem as expectativas das instâncias de saber dominantes e para as quais seu trabalho comumente se dirige.

A sagacidade do historiador que se pretende crítico não o livra facilmente desse condicionamento, que, de resto, opera em todos os ramos da atividade intelectual. Não basta deslocar o objeto de estudo para captar determinados fenômenos não convencionais da pesquisa social, se esta atitude não for acompanhada de um posicionamento do cientista face ao mundo que o rodeia.

O pensamento não pode desligar-se da ação, da mesma forma que o historiador não pode desvincular-se de sua condição de cidadão. É absolutamente indispensável ao historiador ser um homem de seu tempo e para o seu tempo. É insuficiente munir-se de belos preceitos teóricos se sua prática teórica não estiver respaldada numa prática social. A atrofia desta última limita profundamente qualquer análise que faça sobre a vida social.

Essas considerações ganham uma relevância ainda maior se aplicada às sociedades que conheceram um passado escravocrata que lhes é ainda contemporâneo, através de inúmeros resquícios que coexistem com os aspectos de modernidade, fruto dos mecanismos de dependência, a função social do historiador nessas circunstâncias reveste-se de uma enorme importância, na medida em que o passado sobre o qual ele debruça em suas investigações é aquele que precisa ser destruído presentemente.

Não há o que ocultar neste passado, mas o que denunciar, como no caso das sociedades de passado colonial e neocolonial. Sendo assim, é preciso melhor conhecê-lo para dele se desfazer. Explica-se, por aí, em grande parte, o desprezo que as elites culturais desses países, cujo passado ainda é presente, revelam pela história. Quer dizer, pela história que se propõe a apreender a historicidade do processo histórico. Os autênticos historiadores dessas sociedades são aqueles que assumem uma atitude questionadora, fazendo dela sua razão de ser, de ser social e histórico.

A história das práticas sociais é desse modo, a história das lutas sociais. Sua finalidade consiste na recuperação da historicidade das classes oprimidas, articulando-as com a historicidade do poder. Isto nos conduz a uma revisão crítica das práticas acadêmicas, inclusive de obras dos nossos mais importantes cientistas sociais que mesmo assumindo uma perspectiva de denúncia de nosso passado social, incorrem no erro de trabalharem questões cujo significado pouco ajuda o entendimento de nosso processo.

Conhecer a vida social no que ela tem de mais rico é inventariar o cotidiano, pois dessa forma ganha em consistência o significado das ações dos seres sociais. O estudo de sua linguagem, do seu vocabulário, nos dá a real dimensão do universo que os cercam e no qual constroem suas crenças e a imagem que fazem do mundo. Hoje o avanço da linguística, da lexicologia e das técnicas de análise de conteúdo nos propicia um instrumental cuja eficácia e valor são indiscutíveis.

2

A Função Social do Historiador

Organizar o passado em função do presente:
isso é o que se poderia denominar de função social da história.
("Fazer Outra História", em **Combates pela História**,
de Marc Bloch e Lucien Febvre)

Nos tempos das *fake news* a história tem sido objeto de adulterações de modo a atender aos objetivos dos que manipulam a chamada *guerra híbrida*, fenômeno que vem sendo utilizado por parte dos que fomentam os embates ideológicos. Os mesmos que defendem uma hegemonia superada do Ocidente, ainda sob a liderança norte-americana diante do crescimento da China e de parte da Eurásia.

Guerra essa também embalada pelos que construíram o conceito de *Marxismo Cultural*, que nada mais é, segundo os seus formuladores, do que um expediente do comunismo internacional para infiltrar-se através dos meios culturais para desfigurar os valores da democracia liberal. Concepção esta que conta com representantes no Brasil por força da difusão dessas falsas ideias construídas pelo surrado fantasma do anticomunismo ainda em vigor.

Em face desse novo e revisitado fenômeno cabe aos historiadores e a todos os que buscam interpretar a realidade de nosso tempo entender que é preciso desmontar essa farsa. Para isto nada melhor do que se apoiar em dois historiadores que fundaram os Anais do Novo Tempo da História, no ano de 1929, em plena ascensão do nazifascismo na Europa. Este movimento representou uma renovação no campo da historiografia ao incorporar a perspectiva econômica e social até então quase ausente.

Ambos decidiram intervir na tradicional historiografia daqueles tempos e apontar para o que seria verdadeiramente o papel ou a função do historiador, mais do que nunca necessário recordar diante de um novo surto do fenômeno fascista a rondar